

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 18 a 22 de março, em Brasília.

## PAUTA CHEIA NA CÂMARA, PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL DO ANO & DEFINIÇÃO SOBRE JUROS

A Câmara dos Deputados deverá centralizar esforços nos próximos dias para deliberar matérias que trancam a pauta a partir desta terça-feira (19). Com quatro projetos do governo com pedido de urgência constitucional, os parlamentares deverão centralizar esforços nos próximos dias para deliberar matérias como a que altera o Código Civil para dispor sobre atualização monetária e juros ([PL 6233/2023](#)); alterações nas regras de falência ([PL 3/2024](#)); e a que dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para usufruto de benefícios fiscais ([PL 15/2024](#)). Caso não haja acordo para a votação de alguma das matérias, o Executivo poderá retirar a urgência, de modo a destruir a pauta de deliberações.

No Senado, a PEC sobre as drogas deve continuar como prioridade, frente ao julgamento no STF. A PEC sobre drogas deverá ser votada no Plenário do Senado até quarta (20), já tendo sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa na semana passada. O julgamento que pode descriminalizar o porte de drogas para uso pessoal foi suspenso no Supremo por um pedido de vista no início deste mês. A

votação da PEC sobre as drogas é a terceira investida do Senado em relação ao Supremo: no ano passado, a Casa já havia aprovado o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas, contrariando decisão do STF sobre o assunto; bem como aprovou uma PEC que restringe decisões monocráticas de ministros da Corte.

**De olho em sua popularidade, Lula convoca ministros e cobra esforços para melhorar as avaliações.** O Presidente Lula convocou para esta segunda-feira (18) a primeira reunião ministerial ampla de 2024, com todos os ministros, para tratar de assuntos do governo, dentre eles, os esforços que deverão ser tomados para melhorar a percepção positiva sobre a gestão. O presidente afirmou para os ministros que todas as medidas adotadas até agora são “apenas o início” e que a equipe ainda tem de fazer “muito mais”.

**Ainda nesta semana, é esperado que o Copom defina o novo patamar da taxa básica de juros.** Especialistas do mercado já dão como certo que o corte a ser anunciado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) deverá ser de 0,5 ponto percentual, levando a taxa Selic para 10,75%. Se confirmado, o corte de 0,5 p.p. segue o ritmo de redução inaugurado pelo órgão em agosto de 2023.

## Destaque da Semana

Terça

- Lançamento da **Agenda Legislativa da Indústria 2024**, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Quarta

- Apresentação da **Pesquisa de Inovação Semestral – PINTEC Semestral**, pelo IBGE e ABDI.

## Poder Executivo

Presidência da República

**Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva** participou, nesta segunda (18), da 1ª reunião ministerial de 2024, com todos os 38 ministros convidados. Na terça (19), participa da cerimônia de entrega do prêmio Mulheres das

Águas. Para mais, na quinta (21), lança o Plano Nacional Juventude Negra Viva e participa de encontro com fruticultores

Ademais, o presidente poderá sancionar, dentre outros, o [PL 1269/2022](#) (*regra sobre venda de imóvel sujeito a bloqueio judicial*), cujo prazo constitucional encerra-se nesta semana:

Vice-Presidência da  
República

**Agenda do vice-presidente** – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (18), da 1ª reunião ministerial de 2024, com o presidente **Lula** e todos os 38 ministros convidados. Na terça (19), participará do Encontro de Municípios Paranaenses, promovido pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP).

**Casa Civil**

**Agenda do ministro** – **Rui Costa** participou, nesta segunda (18), da 1ª reunião ministerial de 2024, com o presidente **Lula** e todos os 38 ministros convidados. Na ocasião, o ministro apresentou um balanço das iniciativas concretizadas em 2023.

**Secom**  
Secretaria de Comunicação  
Social

**Agenda do ministro** – **Paulo Pimenta** participou, nesta segunda (18), da 1ª reunião ministerial de 2024, com o presidente **Lula** e todos os 38 ministros convidados. Além disso, Pimenta concedeu ainda coletiva de imprensa para apresentar um balanço das iniciativas concretizadas em 2023 e as próximas ações em políticas públicas do Governo Federal.

**MCTI**  
Ministério da Ciência,  
Tecnologia e Inovações

#### Agenda internacional

- ✓ Saint George's (Granada) – Reunião de Coordenação de Projetos Regionais da Comunidade do Caribe (CARICOM);
- ✓ Melbourne (Austrália) – “*Seventh meeting of the DBNet Coordination Group*”;
- ✓ Luxemburgo (Luxemburgo) – “*Space Resources Week*”;
- ✓ Luxemburgo (Luxemburgo) – “*Spring Meeting*”; e
- ✓ Paris (França) – “*Expert meeting collecting preliminary inputs for consideration at the international conference in Vienna in 2024*”.

**MCom**  
Ministério das Comunicações

#### Agenda internacional

- ✓ Cidade do México (México) – Reunião do Grupo Regional das Américas da Comissão de Estudos 12 (CE12-RG-AMR) do Setor de Normalização da União Internacional de Telecomunicações (UIT-T).

**ANATEL**  
Agência Nacional de  
Telecomunicações

Está prevista, na terça (19) às 14h, a **216ª reunião do Conselho Consultivo**, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no [YouTube](#). Dentre os itens da [pauta](#), será discutido as atualizações observados pelos representantes da Anatel durante o *Mobile World Congress* (MWC), nos seguintes **temas**: **(i)** inteligência artificial; **(ii)** *Open RAN*; **(iii)** tendências tecnológicas / 6G / espectro; e **(iv)** atualização da implantação do 5G.

#### Agenda da agência

- ✓ *Talk Show* “Mês das Consumidoras e dos Consumidores: caminhos de cidadania e inclusão digital”;

#### Agenda internacional

- ✓ Genebra (Suíça) – Reunião Inaugural dos Membros do Conselho de Inovação Digital;

**MDIC**Ministério do Desenvolvimento,  
Indústria, Comércio e Serviços**Agenda ministerial**

- ✓ 2ª Edição do BPR em Foco – Política de Gênero e Regulação.

**BNDDES**Banco Nacional de  
Desenvolvimento Econômico e  
Social

**Agenda do presidente** – **Aloizio Mercadante** participou, nesta segunda (18), de reunião com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Grupo Clautre. Além disso, compareceu ao jantar oferecido pelo vice-presidente da República e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

**Agenda do banco** – Ademais, representantes da Área de Soluções de Infraestrutura (ASI) reuniram-se, nesta semana, com representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

**ABDI**Agência Brasileira de  
Desenvolvimento Industrial

**Agenda do presidente** – **Ricardo Capelli** participa, nesta quarta (20), a Pesquisa de Inovação Semestral – PINTEC Semestral, com a presença do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Marcio Pochmann**. Na ocasião será concedida, ainda, coletiva de imprensa.

**MEC**

Ministério da Educação

**Agenda do ministro** – **Camilo Santana** participa, nesta quarta (20), do lançamento regional do programa Pé-de-Meia, a poupança do ensino médio, com o governador do Paraná, **Ratinho Junior** (PSD).

**MF**

Ministério da Fazenda

**Agenda do ministro** – **Fernando Haddad** reuniu-se, nesta segunda (18), com o deputado **Marcelo Crivella** (REP/RJ), autor da [PEC 5/2023](#) (*imunidade tributária das igrejas*), para discutir o impacto fiscal e eventuais mudanças no texto.

**Agenda internacional**

- ✓ Panamá (Panamá) – Consulta Regional sobre Tributação Internacional para América Latina e Caribe;
- ✓ Nova Iorque (EUA) – Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU) 2024;
- ✓ Washington, D.C. (EUA) – Missão Parlamentar de Inteligência Artificial;
- ✓ Washington (EUA) – “*IMFC Deputies*”;
- ✓ Grapevine (EUA) – “*Gartner Tech Growth & Innovation Conference*”;
- ✓ Hollywood (EUA) – “*Gartner CIO Leadership Forum*”;
- ✓ Panamá (Panamá) – I Cúpula de Diretores Gerais de Alfândegas das Américas sobre comércio ilícito.

**BACEN**

Banco Central do Brasil

**Agenda do diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução** – **Renato Dias de Brito Gomes** se reuniu, nesta segunda (18) com o *senior Financial Sector Specialist do World Bank*, **Emilio Hernandez**, para tratar de assuntos institucionais.

**Agenda do diretor de Política Econômica** – **Diogo Abry Guillen** participou, nesta segunda (18), do evento “*Emerging Markets Deputy Governor’s*”, organizado pelo BIS.

**BB**

Banco do Brasil

**Agenda internacional**

- ✓ Nova Iorque (EUA) – Conferência *Morgan Stanley 16 Annual Latin Executive*; e

<b>CVM</b> Comissão de Valores Mobiliários	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Nova Iorque (EUA) – Conferência <i>LatAm Equity C-Suite do BofA</i>.</li></ul> <b>Agenda internacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Luxemburgo (Luxemburgo) – a “<i>ALFI Asset Management and Distribution Conference</i>”; e</li><li>✓ Paris (França) – “<i>Roadshow</i> com investidores institucionais europeus”.</li></ul>
<b>MGI</b> Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	<b>Agenda da ministra</b> – <b>Esther Dweck</b> participou, nesta segunda (18), do Encontro Latino-Americano de Igualdade de Gênero na Administração Pública, com as ministras <b>Anielle Franco</b> (Igualdade Racial) e <b>Cida Gonçalves</b> (Mulheres). <b>Agenda internacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Grapevine (EUA) – “<i>Gartner Tech Growth &amp; Innovation Conference 2024</i>”.</li></ul> <b>Agenda ministerial</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Encontro Latino-Americano de Igualdade de Gênero na Administração Pública.</li></ul>
<b>MJSP</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública	<b>Agenda Internacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Washington, D.C. (EUA) – “<i>ICN Technologist's Fórum</i>”.</li></ul>
<b>MPO</b> Ministério do Planejamento e Orçamento	<b>Agenda internacional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Georgetown (Guiana) – 305ª Reunião do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC);</li><li>✓ Georgetown (Guiana) – Reunião Preparatória da 11ª Rodada de Recomposição do Fundo Especial de Desenvolvimento (SDF11) do BDC;</li><li>✓ Assunção (Paraguai) – Infraestrutura para a Integração Regional Sustentável; e</li><li>✓ Paris (França) – Fórum Global Anticorrupção e Integridade da OCDE 2024.</li></ul>

## Poder Legislativo

<b>Câmara dos Deputados</b>	O <b>Plenário da Câmara dos Deputados</b> ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana. Ventila-se, no entanto, a possibilidade de apreciação de projetos encaminhados pelo Governo Federal e que passam a trancar a pauta a partir desta semana, como o <a href="#">PL 3/2024</a> ( <i>altera regras nos processos de falência e favorece a participação dos credores</i> ); e o <a href="#">PL 5230/2023</a> ( <i>redefine diretrizes do ensino médio</i> ).
<b>Senado Federal</b>	O <b>Plenário do Senado Federal</b> poderá apreciar, dentre outros, o <a href="#">PL 1874/2022</a> ( <i>institui a Política Nacional de Economia Circular</i> ); a <a href="#">PEC 45/2023</a>

(criminalização de posse de drogas chega ao Plenário); o [PL 3027/2022](#) (Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar); o [REQ 20/2024 – CAE](#) (urgência do [PLP 252/2023](#) – novo modelo de investimento em startups vai a Plenário); e o [PDL 929/2021](#) (Aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul).

## Comissões

<p><b>TECNOLOGIA</b></p> <p><a href="#">Jornada Legislativa</a></p>	<p>Câmara   Outros Eventos   Quarta (20)   09h00</p> <p><b>Evento</b> – A Câmara dos Deputados realiza, nesta semana, o evento “<u>Jornada Legislativa - Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude: Urgência climática, inteligência artificial, saúde e violências</u>”. As inscrições podem ser realizadas por <a href="#">aqui</a> até 20 de março.</p>
<p><b>CONSUMIDOR</b></p> <p><a href="#">Apostas Esportivas</a></p>	<p>Senado   CESP   Quarta (20)   10h30</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Esporte debate, nesta semana, a <u>informação sobre a manipulação de resultados no campeonato brasileiro de 2023</u>. Deverão participar, entre outros, representantes de empresas de apostas.</p>
<p><b>ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO</b></p> <p><a href="#">Regulamentação Tributária</a></p> <p><a href="#">Lei do Bem</a></p> <p><a href="#">Eleição de Vice-Presidentes</a></p>	<p>Câmara   Outros Eventos   Quinta (21)   09h00</p> <p><b>Evento</b> – A Câmara dos Deputados realiza seminário “<u>Regulamentação Tributária pelos Contribuintes</u>”.</p> <p>Câmara   Outros Eventos   Sexta (22)   09h00</p> <p><b>Evento</b> – Segundo dia do seminário “<u>Regulamentação Tributária pelos Contribuintes</u>”, a ser realizado na Câmara dos Deputados nesta semana.</p> <p>Senado   CAE   Terça (19)   09h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Assuntos Administrativos realiza, nesta semana, audiência pública para <u>instruir o PL 2838/2020 (aumenta os incentivos fiscais e medidas de apoio às empresas para fomento à PD&amp;I)</u>. Participam do debate representante do Ministério da Fazenda (MF), a presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), <b>Marcela Flores</b>; e a CEO da SOSA Brazil, <b>Gianna Sagazio</b>.</p> <p>Câmara   CICS   Terça (19)   15h00</p> <p><b>Reunião</b> – A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços se reúne esta semana, para a <u>eleição do 2º e 3º Vice-Presidente</u>.</p>

**ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA**

Senado | CTIADMTR | Quarta (20) | 14h30

Modernização dos  
Processos Administrativo e  
Tributário

**Audiência Pública** – A Comissão Temporária Interna para examinar os anteprojatos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas realiza, nesta quarta-feira, audiência pública para debater temas relativos aos projetos de lei a serem apreciados pela comissão. Dentre os convidados a participar, destacam-se a presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (**Sinprofaz**), **Iolanda Guindani**; a Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados, **Zabetta Macarini**; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (**Unafisco Nacional**), **Mauro Silva**; e o vice-presidente executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (**ANFIP**), **Gilberto Pereira**.

Câmara | CASP | Terça (19) | 15h30

Eleição da Presidência

**Reunião** – A Comissão de Administração e Serviço Público se reúne esta semana, para, entre outros, a eleição de 1º Vice-Presidente.

## Política

**Presidente Lula e ministros fazem balanço do primeiro ano de governo.** O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se reúne no momento com ministros do Governo Federal para apresentar o balanço das ações implementadas deste o início da atual gestão. A política de valorização do salário-mínimo, a retomada do programa Bolsa Família e a volta de profissionais de saúde aos municípios por meio do Mais Médicos estão entre os destaques das políticas públicas. A reunião ministerial acontece no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Na abertura da reunião, Lula ressaltou que o primeiro ano de governo foi de recuperação de políticas públicas e da estrutura do Poder Executivo Federal. “Todo mundo aqui tem consciência dos escombros que receberam quando tomamos posse em 1º de janeiro [2023]. E todo mundo tem noção do trabalho que vocês tiveram para reconstruir, para formatar novamente os Ministérios”, destacou. O presidente disse, ainda, que o governo está empenhado na recuperação da força de trabalho dos servidores por meio de concurso público. Lula lembrou, que em 13 meses, o País abriu, por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), 98 mercados para os produtos agrícolas brasileiros. “Nós temos compromisso em fazer as coisas bem feitas e no tempo certo”, frisou. [Fonte:](#) Agência Brasil

**Lula avisa a ministros que não quer lançamento de novos programas de governo.** Em reunião ministerial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou aos integrantes do primeiro escalão que não quer que novos programas sejam anunciados pelo governo. Segundo ministro da Casa Civil, Rui Costa, o presidente cobrou foco na concretização do que já foi divulgado. Lula já havia dado recado semelhante a esse a ministros ao longo de 2023. De acordo com Rui Costa, a ideia é evitar uma “pulverização” dos programas. Ou seja: garantir que não haja ações demais para que todas sejam executadas e divulgadas a contento. Ele deu as declarações no Palácio do Planalto ao lado do ministro Paulo Pimenta (Secom). Pimenta disse que a reunião ministerial de segunda-feira foi de alinhamento do governo. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

**PP e PSD devem comandar Comissão Mista de Orçamento.** A Comissão Mista de Orçamento (CMO), que vai analisar a proposta orçamentária do governo Lula (PT) para o ano de 2025, deve ficar sob o comando do

PP e do PSD no Congresso Nacional. As negociações feitas até o momento para a CMO apontam para o nome do deputado Júlio Arcoverde (PP-PI) na presidência e do senador Ângelo Coronel (PSD-BA) na relatoria. O acordo entre a Câmara dos Deputados e o Senado prevê que o colegiado seja presidido por um deputado, tendo como relator um representante do Senado. Atualmente, a CMO é presidida pela senadora Daniela Ribeiro (PSD-PB). Como o PSD tem direito à relatoria em 2024, e o partido é o maior em número de parlamentares no Senado, o senador Ângelo Coronel passou a comandar a bolsa de apostas. O nome dele foi, inclusive, levado para uma reunião entre líderes da Câmara na última semana, em que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) conseguiu garantir a presidência do colegiado para o seu partido. [Fonte:](#) Congresso em Foco

**Dez ministros do governo Lula levam reuniões do G20 para seus redutos eleitorais** O governo Lula (PT) agendou durante a presidência brasileira do G20 uma série de reuniões técnicas e ministeriais do bloco nas bases eleitorais de integrantes do primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios. Uma análise feita pela Folha do cronograma de eventos do fórum que reúne as principais economias do mundo aponta que, neste ano, dez ministros vão participar de reuniões sobre os temas ligados a suas pastas em seus próprios estados. As reuniões do G20 devem levar para os estados dezenas de representantes de países estrangeiros. Isso abre espaço para que ministros de Lula explorem os encontros politicamente em seus redutos —destacando sua atuação para hospedar o evento internacional ou convidando lideranças locais para acompanhar o encontro, por exemplo. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

## Economia

**Tributária: GTs realizam força-tarefa para fechar propostas de regulamentação; veja pontos polêmicos**  
BRASÍLIA – A primeira fase da regulamentação da reforma tributária entra em uma semana decisiva envolta em polêmicas e pontos em aberto. A partir da segunda-feira, 18, a Comissão de Sistematização (Cosist), que coordena os 19 grupos técnicos (GTs) da regulamentação, realizará uma força-tarefa em Brasília com o objetivo de concluir as propostas antes da Páscoa. Uma vez finalizados, os textos dos anteprojatos de lei serão entregues ao Ministério da Fazenda e depois encaminhados ao Congresso Nacional – que, por sua vez, decidiu correr por fora e começará a apresentar suas próprias propostas na segunda. Dentre os aspectos controversos – que vêm mobilizando tributaristas, governo e empresários – está o imposto seletivo, conhecido como “imposto do pecado”, que será cobrado sobre itens considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. A indústria de alimentos ultraprocessados tenta se blindar da nova cobrança, que já rachou o setor de bebidas alcóolicas (opondo destilados e cervejas; leia mais abaixo) e deixou as cadeias do petróleo e mineração em estado máximo de alerta. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

**Companhias abertas criticam MP que limita compensações tributárias** A limitação às compensações tributárias imposta pelo governo federal por meio da Medida Provisória (MP) 1.202 significará um “empréstimo compulsório” das empresas para a União, tem precedente contrário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pode representar um “drible” ao novo arcabouço fiscal, afirma a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) em documento que será distribuído aos parlamentares. A restrição às compensações é a única parte que sobrou na MP, após deputados e senadores pressionarem o governo a tratar em projetos de lei separados as propostas de revogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da desoneração da folha de salários das empresas e dos municípios com até 142 mil habitantes. [Fonte:](#) Valor Econômico

**Fazenda recria e quer aprofundar análise concorrencial** O Ministério da Fazenda vai ampliar as análises concorrenciais de setores regulados. Na reformulação da pasta que ocorreu em fevereiro, o ministro Fernando

Haddad recriou a antiga Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), agora denominada Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação, que ficará responsável pela análise concorrencial no Poder Executivo. Essa área, na visão de especialistas, estava apagada nos últimos anos e perdeu protagonismo para outros agentes. Reformulada, a subsecretaria será comandada por Ana Patrícia Gonçalves Lira, técnica com 22 anos de experiência em regulação no setor público e que já estava no Ministério da Fazenda desde o ano passado. Em entrevista ao Valor, contou os planos da área reformulada, agora com mais cargos e foco em atividades específicas reguladas. [Fonte](#): Valor Econômico

**Novas regras propostas pelo governo pretendem tornar o sistema mais eficiente, justo e isonômico, afirma Appy.** Toda a agenda do governo para as reformas da tributação tem como objetivo tornar o sistema mais eficiente do ponto de vista econômico, socialmente mais justo, capaz de reduzir o espaço para litígio e ser mais isonômico, com situações equivalentes tributadas de forma equivalente. A afirmação foi feita pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, na sexta-feira (15/3). “Esse objetivo está por trás da reforma do consumo, da reforma da renda e da reforma da folha de pagamentos”, afirmou Appy. “É o objetivo que permeia a agenda do governo de reformas dos tributos.” Appy foi painalista no seminário “Reforma Tributária – Os Caminhos da Convergência”, realizado pela Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp). Ele abriu sua exposição falando dos principais problemas do atual sistema de tributação do consumo: a complexidade, que gera litígios; a cumulatividade, que onera investimentos e exportações; e as distorções na organização da economia, resultantes de fatores como a guerra fiscal. Appy salientou que esses problemas impedem o país de crescer porque comprometem sua produtividade e competitividade. “Quando a gente fala da reforma do consumo, provavelmente o efeito mais importante é o efeito sobre o crescimento, o efeito da eficiência econômica; mas existem efeitos positivos também do ponto de vista social, do ponto de vista da distribuição regional da receita”, acrescentou. [Fonte](#): ASCOM MF

**Governo vê boa chance de Congresso manter veto aos R\$ 5,6 bilhões em emendas** O governo Lula vê com otimismo a possibilidade de o Congresso manter o veto no Orçamento aos R\$ 5,6 bilhões das chamadas emendas de comissão dos parlamentares. Mesmo com o veto, o total de emendas parlamentares aprovadas neste ano é recorde, de cerca de R\$ 48 bilhões. Em 2023, foram R\$ 37 bilhões. A avaliação no Palácio do Planalto é que há chances de os argumentos sobre a necessidade de responsabilidade fiscal serem aceitos por grande parte dos plenários da Câmara e do Senado quando o veto for a debate, possivelmente ainda neste mês. O veto gerou atrito no Congresso e fez o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), romper diálogo com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais). O parlamentar argumenta que o veto representou quebra de acordo. [Fonte](#): Folha de S. Paulo

**Governo Lula deve bloquear de R\$ 5 bi a R\$ 15 bi em primeira revisão do Orçamento.** O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve precisar fazer um bloqueio de R\$ 5 bilhões a R\$ 15 bilhões para evitar um estouro no limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal. Não se trata de um contingenciamento, outra modalidade de trava usada quando a meta de resultado primário está em risco. Segundo técnicos ouvidos pela Folha, a alta da arrecadação vai ajudar a manter o déficit dentro da margem de tolerância de até 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Por isso, o contingenciamento deve ser próximo de zero. Já o bloqueio de despesas será necessário porque gastos obrigatórios com Previdência, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) estão crescendo. Para evitar o risco de faltar dinheiro para essas ações, a equipe econômica precisa segurar gastos dos ministérios de forma preventiva, até ter maior clareza sobre o andamento das políticas ao longo do ano. [Fonte](#): Folha de S. Paulo

**Governo cria emenda cashback para turbinar Novo PAC.** O Palácio do Planalto criou uma nova modalidade para o pagamento de emendas com o objetivo de estimular os parlamentares a destinarem mais recursos ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal vitrine da gestão atual



na área de infraestrutura. O formato, formalizado no Diário Oficial da União (DOU) de quinta-feira (14), prevê que deputados e senadores que optarem pela destinação de verba para o PAC receberão outra proposta de igual valor, em modelo semelhante ao "cashback" — sistema em que parte do dinheiro utilizado é devolvido. "Na hipótese de o parlamentar optar por direcionar recursos de suas emendas individuais (RP 6) para propostas selecionadas pelo PAC Seleções nas programações dispostas no item I do Anexo I desta Portaria [que lista as ações participantes da medida, como investimentos em saúde e espaços comunitários], será permitido ao parlamentar indicar uma proposta adicional entre as habilitadas do mesmo objeto, em valor correspondente, respeitando-se a ordem de escolha do parlamentar", diz trecho da decisão. [Fonte:](#) Valor Econômico

**Lula assegura compromisso com crescimento em 2024: “o povo vai melhorar de vida”.** Na abertura da primeira reunião ministerial de 2024, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reiterou que o Governo Federal “ainda tem muito para fazer, em todas as áreas”. O encontro, que ocorre no Palácio do Planalto na segunda-feira, 18 de março, tem o intuito de apresentar um balanço dos 13 primeiros meses de governo, e conta com a presença dos titulares ou representantes de todos os ministérios e líderes do governo. Em sua fala inicial, o presidente Lula expressou gratidão pelo trabalho desempenhado pelos ministérios durante o período e destacou os esforços realizados para impulsionar o país nas diversas áreas. O primeiro ano de gestão foi um processo de recuperação, marcado pelo relançamento de políticas públicas, como o Bolsa Família e o Farmácia Popular, a retomada de obras paralisadas, especialmente no campo educacional, e as ações para recuperar o poder aquisitivo da população, como o reajuste do salário mínimo. [Fonte:](#) Agência Brasil

**No RS, Alckmin celebra bons resultados econômicos e aumento histórico na renda dos trabalhadores.** Os programas para fortalecimento da indústria e os bons resultados econômicos do primeiro ano de governo foram os destaques da fala do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, durante evento em Porto Alegre (RS), na manhã da quinta-feira (15/3), ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros oito ministros. O objetivo do evento foi apresentar os investimentos do governo federal no Rio Grande do Sul no âmbito do Novo PAC, com obras e ações nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, habitação, saneamento, abastecimento e urbanização. Também participaram da cerimônia o governador do Estado, Eduardo Leite, e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, entre outras autoridades. “Encerrado um ano do governo do presidente Lula, o desemprego caiu 7,6%, o dólar caiu, o risco Brasil caiu; subiu o PIB, subiu a bolsa, o emprego, subiram as exportações”, celebrou Alckmin. “E o Rio Grande do Sul é um estado fortemente exportador”. [Fonte:](#) ASCOM MDIC

**Primeiro ano de governo tem menor taxa de desemprego e aumento de repasses a estados e municípios.** A primeira reunião ministerial de 2024, realizada na segunda-feira, 18 de março, no Palácio do Planalto, contou com uma apresentação dos resultados do primeiro ano da atual gestão federal. O encontro foi comandado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e teve a presença dos titulares ou representantes de todos os ministérios e líderes do governo. Entre os destaques de 2023 apresentados pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, estão o aumento do repasse aos estados e municípios, o alcance da menor taxa de desemprego no país desde 2015 e o maior crescimento da massa salarial desde 1995. A ampliação do repasse aos estados e municípios pelo Fundo Nacional de Saúde foi de 20%, saindo dos R\$ 60,39 bilhões em 2022 para R\$ 72,36 bilhões em 2023. Já pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, a elevação dos repasses para os estados foi de 19%, saindo de R\$ 986,4 milhões para R\$ 1,17 bilhão. [Fonte:](#) Agência Brasil

**Novo consignado privado pode reduzir taxas e ampliar público, mas depende de garantias.** O uso do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) Digital para impulsionar o crédito consignado para trabalhadores do setor privado pode reduzir taxas de juros da modalidade e ampliar o público atendido, mas depende de acertos técnicos sobre as garantias que os bancos terão em caso de demissão ou interrupção

dos pagamentos. O ministro Luiz Marinho (Trabalho) disse à Folha que o governo analisa a viabilidade de destinar não só parte da rescisão, mas também uma parcela do saldo do FGTS para honrar os pagamentos. "Tem lá uma parcela da rescisão que pode ser utilizada. O que estamos estudando, que os bancos desejam, é o seguinte: tão somente neste caso, na hora da rescisão, se utiliza ou não utiliza o FGTS. Estamos analisando o que é aceitável do ponto de vista do trabalhador", afirmou. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

**Cade diz que parecer de departamento sobre equidade salarial não é posição oficial.** O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) informou, na sexta (15), que a recomendação de seu Departamento de Estudos Econômicos sobre a política do governo de equidade salarial não é uma posição do órgão. O assunto será ainda debatido pelo conselho. Como noticiou o Painel S.A., o departamento havia recomendado o cancelamento dos dispositivos legais que obrigam as empresas a divulgarem salários pagos a homens e mulheres. A determinação decorre de um decreto do Ministério do Trabalho e Emprego que pretende estimular a equidade salarial. Em nota, o Cade afirma que o departamento se manifestou sobre o tema após pedido da Câmara Brasileira de Economia Digital (Câmara-e.net). Segundo o colegiado, todas as petições protocoladas pela sociedade devem ser tratadas e respondidas por uma área técnica competente. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** Na quarta (12), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) se reúne para julgar, entre outras, ações relacionadas à chamada "Pauta Verde", a saber: a [ADPF 743](#), que solicita a apresentação, pelo governo federal, de plano de prevenção e combate a incêndios no Pantanal e na Amazônia; a [ADPF 746](#), que pede que o governo federal disponibilize recursos humanos, de infraestrutura e financeiros para o combate das queimadas e a implementação do PPCDAm, além da criação de planos de ação semelhantes para os demais biomas brasileiros; e a [ADPF 857](#), para que seja elaborado plano para impedir a repetição dos incêndios no Pantanal ocorridos em 2020. Ainda na quarta, o Plenário do STF deve analisar também ações conhecidas como "revisão da vida toda", dentre as quais: o [RE 1276977](#), que irá analisar a possibilidade de aplicação de regra mais vantajosa à revisão da aposentadoria de segurados que tenham ingressado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da [Lei nº 9.876/1999](#) (*cria o fator previdenciário e altera a forma de apuração dos salários de contribuição para efeitos do cálculo de benefício*); a [ADI 2110](#) e a [ADI 2111](#), que questionam a constitucionalidade do artigo 2º da mesma Lei, que determina que o fator será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. Ainda, o Plenário do STF deve analisar questões tributárias nos [RE 949297](#) e [RE 955227](#), que questionam a constitucionalidade dos efeitos temporais da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo quando a decisão estiver baseada na constitucionalidade ou inconstitucionalidade da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); bem como nos [RE 599658](#) e [RE 659412](#), que questionam acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, que garantiu a uma indústria moveleira de São Paulo a exclusão do aluguel obtido pela locação de um imóvel próprio da base de cálculo do PIS. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

**Confederações pedem que STF estabeleça parâmetros para aplicação da lei de igualdade salarial entre gêneros.** A Confederação Nacional da Indústria (CNA) e a Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC) pedem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que aprecie pontos da lei que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. A matéria foi trazida ao Tribunal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7612. As duas confederações explicam que não está em discussão o princípio constitucional da isonomia, mas apenas a necessidade de adequação da Lei 14.611/2023, para que desigualdades legítimas e objetivas, como o tempo na função e na empresa e a perfeição técnica do trabalho, não sejam consideradas como discriminação por gênero. As entidades dizem,

ainda, que a lei exige a divulgação de relatório de transparência salarial e impõe consequências e penalidades em caso de qualquer diferença de remuneração entre homens e mulheres. Defendem que a medida causa injusto dano à reputação das empresas e que a elaboração de plano de carreira corporativo vai muito além da questão de gênero. [Fonte](#): ASCOM STF

## Último Foco

**Coalizão Direitos na Rede: resolução do TSE para eleições fere Marco Civil da Internet.** Em nota divulgada na última sexta-feira, 15, a Coalizão Direitos na Rede (CDR) manifestou preocupações sobre a nova norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que regulamenta a propaganda eleitoral no ambiente digital para as eleições de 2024. A principal delas é a que trata sobre a responsabilidade das plataformas nos conteúdos produzidos por terceiros. Segundo a rede de organizações que defendem direitos digitais, a Resolução nº 23.732/2024 contém um dispositivo prevendo que provedores de aplicação serão "solidariamente responsáveis, civil e administrativamente, quando não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral", em casos que a corte eleitoral chama de "casos de riscos". Para a CDR, o dispositivo da Resolução do TSE interfere no atual regime de responsabilidade de provedores sobre o conteúdo produzido por seus usuários estabelecido na legislação brasileira, especificamente pelo Marco Civil da Internet, em seu artigo 19. [Fonte](#): Teletime

**PGR contraria Polícia Federal e quer fim de investigação sobre big techs.** A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que archive o inquérito criminal que apura a conduta das plataformas Google e Telegram na campanha sobre o PL das Fake News. A manifestação é do vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, e foi enviada ao STF no sábado, 16/3. A decisão será do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes. A posição da PGR contraria a conclusão da Polícia Federal (PF) no caso. Em relatório final de janeiro, a corporação entendeu que atuação das plataformas demonstrou abuso de poder econômico, manipulação de informações e possíveis violações contra a ordem de consumo. Para a PGR, contudo, as provas levantadas na apuração não justificam a instauração de um processo criminal. [Fonte](#): Convergência Digital

**Conselheiro Freire e ministro Toffoli publicam artigo “Inclusão Digital e Grupos Vulneráveis”.** O conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Alexandre Freire e o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli publicaram o artigo “Inclusão Digital e Grupos Vulneráveis”, na edição de fevereiro da Revista de Direito do Consumidor. A Revista é reconhecida como de excelência internacional, tendo o selo A1 pela avaliação de periódicos da Capes (Qualis). No texto, os autores defendem a necessidade de medição aprimorada das lacunas digitais para maior efetividade de políticas públicas. Freire e Toffoli se alinham a pesquisadores e vozes que ressaltam a necessidade de inclusão digital das minorias étnicas, idosos ou de pessoas com deficiência. No entanto, afirmam que “a pesquisa existente se concentra principalmente em subgrupos dentro das categorias, sem escopo comparativo ou compreensão holística da vulnerabilidade”. Assim, “não há compreensão sistemática de suas semelhanças, de suas diferenças e das implicações da inclusão digital para sua inclusão social e seu bem-estar”. Por isso, destacam que a União Internacional de Telecomunicações (UIT) vem concentrando esforços na Agenda Connect 2030 (Resolução 200, Rev. Dubai, 2018), que estuda como os avanços tecnológicos podem acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas até 2030. Em última análise, o que se propõe é fomentar o acesso, a acessibilidade e o uso de telecomunicações em todos os países e regiões para todos e todas (mulheres, crianças, jovens e populações marginalizadas e vulneráveis, pessoas de classes sociais mais baixas, povos indígenas, idosos e pessoas com deficiência). [Fonte](#): ASCOM Anatel

**Portal Simples Nacional está de cara nova.** No dia 17 de março, o portal do Simples passou a ter uma nova interface que trará ao usuário uma melhor experiência de navegação e utilização das informações nele disponibilizadas. O contribuinte contará com uma página mais moderna, intuitiva, alinhada com os portais das demais áreas de governo, simplificando a visualização e uso dos serviços disponíveis. É possível acessar o conteúdo do portal (notícias, legislação, “Fale Conosco” etc.) e os serviços disponibilizados, clicando na opção de interesse, utilizando uma das três vias: menu localizado no lado esquerdo superior (três traços); “corpo” da página; ou barra azul ao final do portal. Quanto aos serviços, aqueles mais utilizados em determinado período do ano, serão disponibilizados no “Serviços em Destaque” como forma de facilitar e agilizar a ação desejada pelo contribuinte. Uma novidade é que o portal passou a ser responsivo, ou seja, ele pode se adaptar a qualquer tamanho de tela. Isso permitirá que o contribuinte visualize e acesse as funcionalidades do portal sem nenhuma dificuldade, como em um celular, por exemplo. [Fonte:](#) Agência Brasil

**ABDI e Correios discutem encomenda tecnológica para aprimorar a malha de transporte.** O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, recebeu nesta segunda-feira, 18, representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) para discutir uma solução tecnológica que otimize e automatize o funcionamento da malha de transporte e logística. Nesse processo, a ABDI, por meio do seu escritório de encomendas tecnológicas, o Hubtec, deverá auxiliar os Correios com assessoria técnica especializada na realização e no acompanhamento da contratação pública, na modalidade de encomenda tecnológica. Segundo a representante do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação Operacional dos Correios, Juliana Ribeiro, o planejamento de transporte e logística para um país de dimensões continentais é o maior desafio da empresa. Cappelli sinalizou positivamente para o projeto e ressaltou a importância das compras públicas para o desenvolvimento da indústria brasileira. [Fonte:](#) ASCOM ABDI